CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 2308/73

INDICAÇÃO CEE nº 38/76

Aprovada por Deliberação de

15 / setembro / 1976

Com. ao Pleno em 22/09/76 -

INTERESSADO: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CATANDUVA

ASSUNTO: Aprovação de Banca Examinadora para defesa de tese de doutora-

mento de José Roberto Medina Landin

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU - Delegação

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, tomando conhecimento do Processo CEE nº 2308/73, de interesse de José Roberto Medina Landin, que trata da realização de defesa de tese de doutoramento em Ciências

junto ao Departamento de -----
na Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras de Catanduva, manifesta-se favorável ao prosseguimento da defesa de tese, e nos termos da Deliberação CEE nº 09 de outubro de 1973 exportaria GP nº 05/73, APROV., a constituição da seguinte Banca Examinadora:

1. Prof. Dr. José Molina Filho
2. Prof. Dr. Manoel Antônio de Almeida Monteiro
3. Prof. Dr. David Ariowaldo Banzatto
4. Prof. Drª Maria de Lourdes T. B. Wiendl
5. Profª Drª Helena Teixeira Martins

SUPLENTES:

1. Profª Drª Raphaela Carrozo Scárdua
2. Prof. Dr. Dilermando Perecin

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, xxxxxx xxxxxxxx xxxxxxxx, Henrique Gamba, José Antônio Trevisan, Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo Gomes Romeo e Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Foram vencidos os votos dos Conselheiros Alpínolo Lopes Casali e Celso Volpe, nos termos de Declaração de Voto em separado.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 15 / setembro / 1976

a) Conselheiro: Paulo Gomes Romeo- Presidente -

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

Distinguimos o doutoramento pela via da defesa de tese, realizado nos antigos estabelecimentos isolados de ensino superior do Estado daquele doutoramento pretendido pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais municipais.

Para o primeiro havia um decreto explícito e manifestação concordante o Conselho Federal de Educação.

Para o segundo doutoramento não há lei, nem decreto. E o decreto estadual não se lhe estende.

Portanto, o doutoramento nas escolas municipais há de estar expressamente previsto no seu regimento, por sua vez, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

No caso, o regimento da escola de Catanduva é omissivo; ou melhor, não previu tal doutoramento.

Ademais, o doutoramento há de ter validade interna-corporis. Seria um meio para o aperfeiçoamento ou especialização do seu corpo docente.

No caso, ignora-se qual o candidato que é professor da escola, qual o que pretende fazer uso externo do seu título.

Por isso, somos vencidos.

São Paulo, 15 de setembro 1976.

a) Conselheiro: Alpínolo Lopes Casali

Subscrevo o voto vencido do Cons. Alpínolo Lopes Casali.

a) Conselheiro: Celso Volpe